

Reforma judiciária cria Tribunal de Execução de Penas

Ministério da Justiça vai avançar com a criação de um Tribunal de Execução de Penas em Ponta Delgada a partir de janeiro de 2019

LUÍS PEDRO SILVA
lsilva@acorianooriental.pt

O Ministério da Justiça vão apresentar um novo mapa judiciário, com alterações profundas na orgânica do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores, a partir de janeiro de 2019.

A maior novidade é a inclusão do Tribunal de Execução de Penas, que vai ficar sediado em Ponta Delgada, ficando com a responsabilidade de decidir sobre os processos dos reclusos, nomeadamente, as decisões sobre a liberdade condicional e saídas precárias.

As alterações para a ilha de São Miguel incluem ainda a criação de mais um juízo local criminal no tribunal de Ponta Delgada, que vai passar de dois para três juizes para julgar os crimes com penas até cinco anos de prisão.

Na Ribeira Grande vai ser diminuído o número de juízos local cível, passando de dois para um juízo. Esta redução está relacionada com a existência de poucos processos cíveis, com valor até 50 mil euros na Ribeira Grande. Ações cíveis com valor superior a 50 mil euros são julgadas na Instância Central de Ponta Delgada.

Na ilha Terceira vai ser cria-



Alterações da orgânica foram sugeridas pela Comarca dos Açores

do um Tribunal misto de Família e Menores e do Trabalho, que ficará sediado na Praia da Vitória, mas ficou determinado que o juiz deste tribunal vai deslocar-se à cidade de Angra do Heroísmo para realizar os julgamentos dos cidadãos residentes em Angra.

Na Praia da Vitória o juízo local cível e criminal vai ser convertido num juízo de compe-

tência de genérica, passando de dois para um juiz.

Na cidade da Horta o tribunal de competência genérica vai ganhar mais um juiz, passando a trabalhar com dois juizes de competência genérica, em permanência.

Este reforço de meios para o Tribunal da Horta vai contribuir para reduzir a pendência processual e melhorar o acesso à justiça. ♦

Governo a efeitos da prolonga

Falta de chuva está a prejudicar a lavoura nos Açores, especialmente, na ilha Terceira.

Secretária Regional da Agricultura está a avaliar prejuízos para o setor

LUSA
Açoriano Oriental

O Governo dos Açores garantiu ontem que está a acompanhar e a avaliar os efeitos da seca prolongada na ilha Terceira e caso seja necessário intervir para apoiar os agricultores nos prejuízos resultantes dessa situação.

Numa nota divulgada ontem pelo executivo açoriano, o secretário regional da Agricultura e Florestas refere que "o Governo dos Açores está a acompanhar e a avaliar, conjuntamente com a Associação Agrícola da Ilha Terceira, os efeitos da seca prolongada que está a atingir o setor agrícola".

O executivo acrescenta que "não se demitirá das suas responsabilidades caso seja necessário intervir para apoiar os agricultores nos prejuízos resultantes dessa situação".

"Confirmando-se uma situação de exceção e de gravidade, o Governo Regional não se demitirá das suas responsabilidades", frisou João Ponte, aquando da inauguração do restaurante da Associação Agri-

Saídas de Mergulho / Dive Trips
Cursos de Mergulho / Scuba Courses

Atividades